

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.696 - PR
(2019/0328073-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : OWEN TIMMERMANS
ADVOGADO : JAMES JOSE MARINS DE SOUZA - PR017085
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por OWEN TIMMERMANS em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Como visto acima, a fundamentação da r. decisão embargada limitou-se a aduzir que a controvérsia tem fundamento eminentemente constitucional, razão pela qual não poderia ser analisada em sede de Recurso Especial.

No entanto, a r. decisão embargada deixou de considerar os efeitos da edição da Resolução nº 15/2017 do Senado Federal, incorrendo em omissão quanto a este ponto.

A Embargante em seu recurso de Agravo, pontuou em especial a questão da aplicabilidade da Resolução nº 15/2017 como fato novo, uma vez que publicada após o julgamento do RE 718.874 que decidiu pela constitucionalidade da Contribuição ao FUNRURAL (Tema do 669 pelo E. STF) (fls 1078).

Frise-se que a Embargante não discute a constitucionalidade da contribuição ou a aplicação do Tema 669 em seu Agravo. Pelo contrário, a questão versada tanto no Agravo quanto no Recurso Especial trata do reconhecimento quanto à eficácia e vigência da Resolução nº 15/2017 e, consequentemente, da validade dos incisos I e II do art. 25 da Lei 8.212/1991 face à Resolução do Senado Federal (fls. 1079).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e

corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente